

**10 - 3 | 2022**

---

## **Reflexão sobre o papel dos governos distritais na gestão sustentável da mineração artesanal de ouro em Moçambique**

*Reflection on the role of district governments in the sustainable management of artisanal gold mining in Mozambique*

**João Francisco de Carvalho Choé**

---

### **Versão eletrónica**

URL: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/> ISSN: 2182-9608

Data de publicação: 31-12-2022 Páginas: 12

### **Editor**

Revista UI\_IPSantarém

### **Referência eletrónica**

Choé, J. (2022). Reflexão sobre o papel dos governos distritais na gestão sustentável da mineração artesanal de ouro em Moçambique. *Revista da UI\_IPSantarém. Edição Temática: Ciências Naturais e do Ambiente, Ciências Exatas e da Engenharia e Ciências da Vida e da Saúde*. Número Especial: III Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia. 10(3), 22-33. <https://doi.org/10.25746/ruiips.v10.i3.29119>

## **REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DOS GOVERNOS DISTRITAIS NA GESTÃO SUSTENTÁVEL DA MINERAÇÃO ARTESANAL DE OURO EM MOÇAMBIQUE**

**Reflection on the role of district governments in the sustainable management of artisanal gold mining in Mozambique**

**João Francisco de Carvalho Choé**

Universidade Púnguè – Chimoio – Manica – Moçambique

[jcarvalhochoe@gmail.com](mailto:jcarvalhochoe@gmail.com) | ORCID 0000-0001-8497-9794

### **RESUMO**

Este artigo tem como tema papel dos governos distritais na gestão sustentável da mineração artesanal de ouro em Moçambique: estudo de caso do distrito de Manica. Por isso, o objectivo deste estudo consiste em analisar o papel do governo distrital na gestão sustentável da mineração artesanal de ouro face às oportunidades e obstáculos no desenvolvimento do distrito. Metodologicamente, adoptou-se uma abordagem qualitativa associada à revisão bibliográfica e as técnicas de entrevista semi-estruturadas (conversas formais e informais) auxiliadas por um guião de perguntas para cada grupo-alvo. A entrevista foi aplicada a nove pessoas sendo direccionadas aos membros do governo distrital por parte dos serviços distritais de actividades económicas, geologia e minas, assumindo a hierarquia estabelecida abrangendo a liderança localmente instituída na base, dois membros das associações e garimpeiros individuais; dois direccionadas aos membros da comunidade local nos pontos focais e um morador de munhena. A análise das entrevistas realizadas baseou-se na análise de conteúdo. Os resultados obtidos mostraram que há tendências das autoridades locais intervirem positivamente na gestão sustentável da mineração artesanal de ouro, dado que existe ao nível nacional uma legislação forte que prevê o associativismo mineiro, de modo que os mineradores artesanais, quando sensibilizados a aderirem à associação possam ter capacitações e treinamentos sobre boas práticas e normas sustentáveis da mineração artesanal.

**Palavras-Chave:** Governos distritais; gestão; mineração artesanal de ouro; sustentabilidade.

### **ABSTRACT**

This article focuses on the role of district governments in the sustainable management of artisanal gold mining in Mozambique: a case study of the district of Manica. Therefore, the objective of this study is to analyze the role of the district government in the sustainable management of artisanal gold mining in the face of opportunities and obstacles in the development of that district. Methodologically, a qualitative approach was adopted associated with a literature review and semi-structured interview techniques (formal and informal conversations) supported by a script of questions for each target group. The interview was applied to nine people being directed to members of the district government by the district services of economic activities, geology and mines, assuming the established hierarchy encompassing the locally instituted leadership at the base, two members of the associations and individual miners including aimed at local community members at the focal points and one resident of munhena. The analysis of the interviews carried

out was based on content analysis. The results obtained showed that there are tendencies for local authorities to intervene positively in the sustainable management of artisanal gold mining, given that there is strong legislation at the national level that provides for mining associations, so that artisanal miners, when sensitized to join the association, can have capacity building and training on good practices and sustainable standards for artisanal mining.

**Keywords:** District governments; management; artisanal gold mining, sustainability.

## 1 INTRODUÇÃO

Moçambique tem vindo a se beneficiar de um conjunto de transformações de cariz socio-económico e político que se consubstanciam na iniciativa de criação de instituições com vista a garantir a forma de governação mais próxima do cidadão ao nível local, graças às reformas da descentralização. Aliás, com vista a garantir uma boa governação, Moçambique conheceu, a partir de 1990, uma viragem da história marcada essencialmente pela introdução da nova constituição da república que resultou na abertura do espaço político, condicionando a criação da trajectória política subsequente, o que se traduziu no abandono do centralismo rumo à descentralização.

Nesta lógica, Nguiraze e Aires (2011) confirmam que o governo central iniciou um processo de planificação e gestão do desenvolvimento local no país, onde uma das ações-chave deste processo foi a descentralização e modernização dos instrumentos de programação de recursos públicos ao nível provincial e distrital, acompanhados da articulação entre a administração do Estado e as comunidades locais. A este propósito, dada à implementação da descentralização, Serra e Cunha (2004) advogam que houve a necessidade de se estabelecer mecanismos de comunicação e colaboração entre os órgãos locais do estado e as autoridades comunitárias para a coordenação da gestão de interesses coletivos e reduzir a ausência do estado em várias áreas do País.

Para Macucule (2006) este desequilíbrio se alia às limitações verificadas na gestão participativa dos recursos naturais, evidenciadas pela instrumentalização dos processos participativos por elites, com interesses alheios à gestão sustentável; falta de transparência na gestão de benefícios gerados de processos participativos; falta de vontade política aos níveis governamentais e resistência às mudanças aos níveis administrativos e locais que se manifestam pelo persistente estado de monopólio estatal na gestão de recursos; à incapacidade dos serviços de Estado aos diferentes níveis e departamentos para a implementação dos instrumentos legais existentes (Fiscalização, elaboração e implementação participativa de planos de maneio); ao problema de legitimidade e representatividade das unidades sociais e legais na gestão participativa (comités/conselhos na gestão de recursos versus estruturas tradicionais). Efetivamente, o distrito de Manica não é excepção dos contornos alarmantes da mineração artesanal de ouro, razão pela qual achamos pertinente propor a seguinte questão de partida: Como é que o governo do distrito de Manica participou e responsabilizou-se na gestão sustentável da mineração artesanal de ouro para o desenvolvimento local?

Tendo em conta o tema, os propósitos da pesquisa, o problema e a perguntas de pesquisa avançada, esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar o papel do governo distrital de Manica na gestão sustentável da mineração artesanal de ouro face às oportunidades e obstáculos no desenvolvimento local.

Relativamente à motivação pessoal, diga-se que se justifica pelo forte desejo de prestar um contributo positivo e explicar o lento processo de desenvolvimento do distrito de Manica, que apesar de alguns estudos geológicos preliminares ligados às pesquisas mineiras de ouro naquele distrito de forma implícita, provarem que aquela parcela do país chega a se qualificar como *El dorado*.

Consequentemente, a não pavimentação das autoridades locais e as lacunas na implementação da legislação abrem espaço para a exploração ilegal e clandestina de ouro. Diga-se que a motivação externa e académica do estudo surgem a partir da existência de divergências de análise sobre a economia moçambicana, feitas por políticos, académicos, activistas e a sociedade

civil, que em certos casos utilizam os termos de forma pejorativa para justificar as suas díspares posições.

No entanto, a escolha do espaço/tempo deveu-se, por um lado à apreciação do discurso da governadora de Manica na aula inaugural da Universidade Púnguè em 2021 incentivou aos docentes para pesquisarem sobre a exploração dos recursos naturais e mineiras da província visto que existe exploração de recursos mineiros sem obedecendo as normas facto que acaba poluindo os rios e o meio ambiente.

## **2 MINERAÇÃO ARTESANAL & DESCENTRALIZAÇÃO E SUAS DIMENSÕES**

A mineração artesanal não é consensual, mas sim contextual, pois de um modo geral está associado ao seu resultado, o que implica que pode ser designada por Mineração Artesanal ou de Pequena Escala (MAPE). Para tal, recorreremos à definição de Tobar (1991), no seu trabalho “a característica fundamental a que se denomina pequena mineração”, que não é fácil de definir. Mas, a MAPE, de acordo com os parâmetros de medição universal, termina por defini-la conforme as suas características na seguinte forma: (a) Intensa utilização de mão-de-obra; (b) conflituosidade social e legal; (c) baixo desenvolvimento tecnológico; (d) deterioração ambiental; (e) geração de cadeias produtivas locais; (f) precárias condições de segurança e higiene; (g) baixos custos de produção.

De acordo com Nguiraze (2011), a descentralização como alternativa de estratégia para a melhoria da gestão das políticas públicas e, principalmente, das políticas sociais, não é um tema tão recente, senão no discurso brasileiro, com certeza nos documentos e textos internacionais. Para Matuele (2008), “as teses descentralistas começam a ser defendidas mais enfaticamente por organismos internacionais como a ONU, o World Bank e a OPAS, nos começos da década de 80. Talvez, nenhuma publicação tenha sido mais paradigmática que a de Medeiros (2011), intitulada *decentralization and development*”. Ora, nesse estudo, os autores enunciam diversas funções da descentralização do poder, tais como, a diminuição dos efeitos negativos da burocracia, o respeito às prioridades e às necessidades locais, facilitação duma maior representatividade na formulação de decisões e uma maior equidade na alocação dos recursos, o aumento da legitimidade e estabilidade institucional etc.

## **3 METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento deste estudo, adoptou-se numa abordagem qualitativa por ser adequada a pesquisa uma vez que proporciona uma aproximação importante entre pesquisador e objeto de estudo, na perspectiva de compreender a realidade pesquisada. Esta abordagem foi antecedida pela revisão de literatura, pois, de acordo Minayo (2001, apud Silveira; Córdova, 2009) toda pesquisa é desenvolvida a partir de uma revisão literária que permitiu proceder ao levantamento de conhecimentos acerca do tema aqui abordado e, conseqüentemente, a organização e elaboração do quadro teórico. O processo de coleta de dados foi feito por meio de uma entrevista semiestruturada. As entrevistas incidiram nas instituições do Governo distrital e da hierarquia dos Órgãos Locais do Estado ao nível do distrito, com foco para o posto administrativo de Machipanda, localidade de Mharidza, destacando três (3) povoados transfronteiriços: Chadzuca, Nhamachato, Nhamucuarara e as respectivas comunidades locais. Nesta ordem de ideia, entrevistou-se a 7 (nove) pessoas sendo direccionadas aos membros do governo distrital por parte dos serviços distritais de atividades económicas, geologia e minas, assumindo a hierarquia estabelecida abrangendo a liderança localmente instituída na base, 2 (dois) membros das associações e garimpeiros individuais (dois) direccionadas aos membros da comunidade local nos pontos focais e 1 (um) morador de munhena.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta secção procura-se compreender a o papel dos governos distritais na gestão sustentável da mineração artesanal de ouro em Moçambique concretamente no distrito de manica que permitiram definir quatro categorias, a saber: a) Estágio da governação distrital de manica e a retrospectiva da mineração artesanal de ouro; b) Articulação do governo distrital de manica na gestão do

garimpo ilegal de ouro; c) A participação e responsabilidade do governo distrital de manica na gestão do garimpo de ouro: um olhar para a localidade de Mharidza e d) Participação do governo distrital na gestão do garimpo ilegal à realidade empírica do neo-patrimonialismo como obstáculo do desenvolvimento.

Para se obedecer às questões éticas de pesquisa não foram revelados os nomes dos participantes. Assim, cada participante foi-lhe atribuído a letra como ilustra a tabela abaixo:

Tabela 1  
Anonimização dos participantes

Abreviatura	Significado
1. TSDSDAE	Técnico superintendente e delegado dos serviços distritais de atividades económicas do distrito de manica
2. DDSRM	Delegado distrital superintendente da repartição dos recursos minerais
3. COM	Chefe do povoado de Machipanda
4. MAMM -1	Membro da associação mineira de Mimosa
5. MAMM -2	Membro da Associação Mineira de Munhena.
6. CRAAMM	Cidadã residente nos arredores da associação mineira de Munhena
7. MAC	Minerador artesanal de chazuca
8. LCN	Líder comunitário de Nhamucuarara
9. LCMPP	Líder comunitário de Mharidza no povoado de Penhalonga

Fonte: Adaptado pelo autor (2022)

#### 4.1. PRIMEIRA CATEGORIA: Estágio da governação distrital de manica e a retrospectiva da mineração artesanal de ouro

De acordo com o Ministério da Administração Estatal (2005) no distrito de Manica, o sistema de Governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, substituindo a Câmara Municipal local, que era dirigida pelo Administrador do distrito por acumulação de funções por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU). Ao nível do distrito, o aparelho do Estado é constituído pela Administração do distrito, restantes direções e sectores distritais.

O Administrador, por sua vez, responde perante o Governo provincial e central pelos vários sectores de atividades do distrito organizados em direções e sectores distritais (Idem, 2005). Ainda de acordo com o MAE (2005), a Governação tem na sua base os chefes das localidades, autoridades locais comunitárias e tradicionais.

Os chefes das localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao chefe do posto administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador distrital, sendo coadjuvado pelos chefes de aldeias, Secretários de bairro, chefes de quarteirão e chefe de blocos.

E, a atividade do Governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contato com a comunidade. O Conselho Consultivo Distrital (CCD) de Manica é composto por 50 membros representantes de todas as localidades, dentre os quais 36 são homens e 14 mulheres. No distrito de Manica, o trabalho foi contemplado no posto administrativo de Machipanda, composto por três localidades: Machipanda-Sede com Oito (8) povoados, Muzongo, com Seis (6) povoados e Mharidza, com Catorze (14) povoados. Neste caso, a comunicação repercutiu na localidade de Mharidza, tal como a tabela abaixo descreve sobre a sua composição político-administrativa.

Tabela 2

Composição político-administrativa dos povoados

Os povoados da localidade de Mharidza			
<b>Chimedza, Nhamucuarara</b>	Chadzuca, Nhamombe	Ndirire, 3 de Fevereiro	Mudododo Mangunda
<b>Chinhandongue</b>	Nhamachato	Mukudo	
<b>Penhalonga</b>	Chua	7 de Abril	

Fonte: Adaptado pelo autor (2022)

De acordo com Afonso e Marques (1993, p.55), a mineração de ouro já vem dos tempos. Diversas descobertas de artefatos deste metal, feitas em território do antigo Império Momomotapa, provam-nos que a exploração daquele metal precioso foi bastante intensa.

Essa exploração, por meios rudimentares, continuou até à segunda metade do século XIX. As primeiras explorações com base no conhecimento geológico comeraçam em Manica, por volta de 1892 e depois na província de Tete, em 1922. Nessa altura, Macequece (atual cidade de Manica), foi uma cidade florescente devido ao grande comércio de ouro, proveniente do campo mineiro de Manica. Adicionalmente, em Manica, na época passada, o ouro era visto como símbolo de poder, sendo também usado em rituais como *lobolo* e em trocas comerciais com os árabes, somente foi no século XVI que, com a forte interferência da Administração colonial, se verificou uma diminuição desta prática, onde de acordo com Geoide (2010), a sua revitalização foi da seguinte forma:

Durante a administração colonial, a indústria artesanal de ouro foi banida e fortemente controlada pelo governo de então. Depois da independência nacional, a extração informal de recursos minerais preciosos era proibida, mas, mais tarde foi tolerada e em certo sentido estimulado pelo Estado, através da compra dos minerais produzidos e através da organização dos produtores em associações. E, em 2002, com a revisão da lei da atividade mineira artesanal e de pequena escala foi formalmente legalizada.

Assim como outros distritos fronteiriços de Manica, estudos realizados pelo Bakker (2008) confirmam que a adesão a esta atividade está associada a vários fatores que se consubstanciam no seguinte: (i) crise económica no vizinho Zimbabwe, que precipitou milhares de cidadãos zimbabueanos para a indústria extrativa de ouro e Turmalina em Manica e Báruè, respectivamente; (ii) a tolerância do Governo moçambicano em relação a este sector de atividade; (iii) o desemprego generalizado, especialmente no seio da juventude, agravado pela falta de oportunidade de continuação de estudo por parte dos jovens que concluem as classes terminais nas regiões mineiras; (iv) o facto de a produção de ouro e Turmalina constituir uma importante fonte de rendimento e enriquecimento.

Dada a maior demanda de ouro no distrito, dependendo da descoberta do filão, nos dias de hoje, principalmente na zona rural, esta atividade tem sido a causa de enormes constrangimentos socioeconómicos, culturais e ambientais e, até políticos, pois, a procura desse minério resulta no devastamento de florestas, poluição das águas dos rios ou riachos locais, nomeadamente: Púnguè, Révuè, Mussambudzi, Nhamucuarara, Chua e Chimedza, ou seja, a degradação dos solos que antes eram machambas, recintos de casa, estradas, lugares cuja tradição os considera de patrimónios sagrados da humanidade.

#### **4.2. SEGUNDA CATEGORIA: Articulação do governo distrital de manica na gestão do garimpo ilegal de ouro**

Partimos do pressuposto de que é da responsabilidade do Estado garantir o bem-estar dos cidadãos. Diga-se, nos moldes weberianos, o Estado é uma instituição de natureza política que

detém o monopólio de violência física legítima que, em partes se consubstancia na provisão de serviços qualificados e mais próximos dos cidadãos. Outrossim, o mesmo deve garantir a ordem e tranquilidades públicas dos mesmos, através da busca de soluções viáveis e sustentáveis colmatando as externalidades. Ademais, tal como afirma Forquilha (2007), a dominação do Estado, num determinado meio, apoia-se em outros meios como, por exemplo, o processo de socialização através do qual os cidadãos adquirem modelos de comportamento que permitem o consentimento.

Desta forma, ao abrigo do Decreto 6/2006, escalado o Governo do distrito de Manica, o expediente para entrevistas semiestruturadas teve o despacho da Secretaria Permanente direcionando-o para o sector de Serviços Distritais de Atividades Económicas de Manica (SDAE), por via deste, coube ao delegado distrital superintendente da DPREM, afeto na repartição dos recursos minerais, responder pela gestão dos mesmos, nos seguintes termos:

Para começar, o distrito é rico em recursos minerais principalmente o ouro, razão pela qual há um recrudescimento da mineração artesanal ilegal, porque não se sabe o lugar certo da sua ocorrência, o certo é que esta é praticada duma forma solta e irresponsável; Por exemplo, com a descentralização de competências junto às autoridades locais instituídas, temos feitos trabalhos de campo com vista a sensibilizar e mobilizar os garimpeiros a optarem por boas práticas e vias sustentáveis da exploração mineira baseando-se na ideia de Associativismos, capacitações, palestras para que se sigam trâmites legais da exploração de qualquer recurso natural, principalmente, o ouro. **(DDSRM)**.

Ao abrigo da descentralização distrital que dá competência e responsabilidade aos Órgãos Locais do Estado para decidir, executar e controlar na sua respectiva área de jurisdição, no distrito de Manica, estas competências são logradas através dum conjunto de jornadas de atividades que se consubstanciam na Governação participativa, de tal forma que no distrito, todas as localidades subordinam-se e prestam contas ao seu respectivo Posto administrativo. Ora, no Posto Administrativo de Machipanda, a Governação participativa enquadra-se nos moldes das jornadas do Conselho Consultivo do Posto Administrativo (CCPA), conselho Consultivo Local (CCL) das localidades e os Conselhos Consultivos das Povoações (CCP).

Assim, face à gravidade e forte demanda de ouro, quase em todos os povoados de Mharidza, a Administração local por intermédio das Instituições de Participação e Consulta Comunitária arrolada acima, tem-se empenhado na intervenção através de fóruns de debate estruturados por uma agenda comum, junto às comunidades. Nisto, a nossa entrevistada afirmou nos seguintes termos:

Aqui no povoado de Machipanda a zona mais afetada com problemas de garimpo é na localidade de Mharidza, mas temos feito a nossa parte através dos Conselhos Consultivos nos termos das Governação aberta baseando-se nas reuniões com todos intervenientes da sociedade de diferentes faixas etárias para trocar ideias e sensibilizá-los a praticar uma mineração responsável e sustentável; mas, é difícil acabar duma vez por todas com esta prática, pois, me parece que esta já é uma atividade normal e costumeira ou transmitida de geração em geração **(CPM)**.

Com a descentralização das competências e a consequente delegação de poderes do Estado ao nível local, como parte das Instituições de Participação e Consulta Comunitárias, a Administração Pública Local de Machipanda tem confiado às autoridades comunitárias, vulgarmente conhecidos por líderes comunitários, subordinados aos secretários dos bairros, estes por sua vez, aos chefes das localidades, para garantir a reposição de ordem e tranquilidades públicas nas suas respectivas áreas de jurisdição.

### 4.3. TERCEIRA CATEGORIA: Participação e responsabilidade do governo distrital de manica na gestão do garimpo de ouro: um olhar para a localidade de Mharidza.

Efetivamente, para garantir a exploração sustentável de ouro, os trabalhos da autoridade comunitária de Mharidza são coadjuvados pelos líderes comunitários. Esta tarefa tem estado num ritmo desencorajador, alegadamente por não assumirem com poder às suas devidas competências, por um lado. Pelo não conhecimento dos dispositivos legais que lhes dão legitimidade para tal, como é o caso do regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado Lei 8/2003 (Decreto 11/2005), Diploma Ministerial nº 80/2004 e outros que complementam a sua legitimidade.

A deficiente interpretação das suas competências, nalguns casos, faz com que estes tenham tendências à prática de neo-patrimonialismo da vertente económica ou social, fragilizando a sua actuação. Assim, o diagrama abaixo descreve a reflexão da participação das autoridades locais na jurisdição da localidade de Mharidza face à gestão sustentável do garimpo de ouro, tendo como principal indicador a formalização do associativismo mineiro nos três (3) povoados abrangidos pelo estudo: Chadzuca, Nhamucuarara e Nhamachato.

Tabela 3  
*Participação das autoridades locais na jurisdição dos povoados*

Localidade de Mharidza	
Povoados	Intervenção
Chadzuca	Fraca intervenção das autoridades locais. Não existe associação
Nhamucuarara	Há intervenção das autoridades locais, existe uma associação.
Nhamachato	Há grande intervenção das autoridades locais. Existe uma associação

Fonte: Adaptado pelo autor (2022)

Como se pode observar, correlação ao diagrama acima demonstrado, a participação e responsabilidade das instituições do Estado ao nível da localidade sobre a gestão do garimpo nos três povoados não é consensual. Olhando para o caso do povoado de Chadzuca, onde a bola está fora da área de jurisdição da localidade, vê-se que em termos práticos a mineração é irresponsável, aplicada nas aldeias, nas machambas, ao longo do rio Mussambuzi e seus afluentes, em grupo constituído por 3-5 indivíduos, na sua maioria do mesmo parentesco familiar. O destaque vai para as antigas instalações da mina Monarch<sup>1</sup>, um jazigo de ouro explorado em tempos passados com a mesma empresa cujo seu filão continua a atrair os garimpeiros Moçambicanos e Zimbabweanos residentes nas zonas próximas, o que implica que, apesar do Governo ter feito a sensibilização e palestras sobre boas práticas da mineração, a sua intervenção tem-se arredondado ao fracasso.

Relativamente ao povoado de Nhamucuarara, diga-se que o garimpo é praticado ao longo do rio Nhamucuarara, nos moldes itinerantes como o caso anterior. Contrariamente ao povoado de Chadzuca, neste povoado, o Governo, por intermédio da comunidade local, conseguiu sensibilizar os garimpeiros a formarem uma associação denominada “Associação Mineira de Mimosa”, localizada na parte nascente de Nhamucuarara. O Governo distrital tem contado com o apoio do sector de Geologia e Minas através das ações do Fundo do Fomento Mineiro (FFM), então

<sup>1</sup> Importa referir que *Monarch* é uma empresa mineira de concessão mineira se localiza no bairro Nhamombe (Povoado de Chadzuca) e agora não está ativa, e não protegida pela guarda moçambicana razão pela qual há um recrudescimento de comunidade de garimpeiros.

Instituto Geológico de Manica, no apoio material associado à atividade nomeadamente, máquinas de trituração de pedras ou em capacitações sobre boas práticas de mineração. Em relação a esta ação, o nosso entrevistado argumentou o seguinte:

Assim que estamos nesta associação, o Governo através de Geologia e Minas aparece para fazer reuniões, seleção e capacitações de alguns membros cá e fora do País, não só, como vês, o material que estamos a usar para desfazer as rochas é parte do apoio por parte da Geologia, pois, a nossa mineração não é aluvionar, nós apoiamos com mercúrio branco que no fim depositamos num tanque de decantação **(MAMM-1)**.

No que tange ao povoado de Nhamachato, notam-se alguns aspectos similares de mineração artesanal de ouro em relação ao de Nhamucuarara, enquanto a extração de ouro é feita de forma itinerante e solta nas aldeias assim como ao longo do rio Révuè, a principal fonte do povoado. O Governo por intermédio do sector da Geologia e Minas tem prestado assistência a uma associação mineira na zona de Munhena. Nesta zona, os garimpeiros que fazem os seus trabalhos concentram-se num grande acampamento feito de cabanas de caniço e sacos plásticos, constituído por grupos de famílias, singulares, dentre eles zimbabwuanos e moçambicanos que, para além da mineração, fomentam várias atividades temporárias, entre elas a abertura de barracas de venda e consumo de géneros alimentícios. Naturalmente, esta concentração proporciona problemas de saneamento do meio e o fortalecimento da prática da prostituição. Sobre a associação de Munhena disse o nosso entrevistado:

A associação já adquiriu um certificado mineiro através de preenchimentos de um guião proveniente do sector de Geologia e Minas, anexamos o dinheiro e encaminhou-se para Chimoio e, depois ouvimos que a documentação já chegou em Maputo, assim aguardamos pelos restantes procedimentos **(MAMM – 2)**.

Tal como afirmou António (2011), uma vez que a actividade de garimpo tem sido alternativa da agricultura, sobretudo na zona rural de Manica, para os intervenientes diretos desta atividade assim como a população local, através das somas provenientes do garimpo, é notório o desenvolvimento que se reflete na compra de meios de transporte, construção de casas convencionais, compra de gado bovino, maior poder de compra para diversificação da dieta alimentar, pagamento de propinas aos seus filhos e atendimento a problemas de saúde. Nisto a nossa entrevistada confirmou pelas seguintes palavras:

Sou viúva e o meu marido era membro da associação. Para além da agricultura, tenho praticado a mineração e, juntamente com a minha família, fizemos pequenos negócios no acampamento de garimpeiros. Tenho esta casa, como vês. Os meus três filhos já concluíram o nível médio em Machipanda-sede. Assim como o Governo é amigo da mineração, os seus membros têm vindo a fiscalizar a associação através de cobrança de senhas e quotas. Não vejo problema nisto **(CRAAMM)**.

#### **4.4. QUARTA CATEGORIA: Participação do governo distrital na gestão do garimpo ilegal à realidade empírica do neo-patrimonialismo como obstáculo do desenvolvimento.**

Partindo da ideia de dar legitimidade ao Estado, como a única força motriz do desenvolvimento, esta teoria gorou o Estado, não só na vertente político-administrativa, como também, na fraca correspondência da cobertura do processo retroativo das políticas públicas para se adaptar às necessidades ocasionais. Em relação ao que foi dito acima, quanto à correspondência da paternidade do Estado na provisão dos serviços e implementação exaustiva de políticas públicas, o nosso entrevistado se expressou nos seguintes moldes:

Sou técnico médio em serralharia Mecânica pelo Instituto Comercial Joaquim Marra do Chimoio, não é nosso desejo fazer esta atividade, apenas estamos a procura de auto-sustento porque não temos emprego formal; o Governo tem -nos sensibilizado para formar associações, mas, a experiência que tenho é que o Governo não tem sido justo conosco, pois, nós processamos o ouro, todavia, na hora de acertos finais nenhum de nós participa e, quando levamos o ouro para negociar com a Geologia e Minas na vila, demoram fazer o reembolso do dinheiro conforme o combinado, levando mais de dois meses para o seu reembolso; às vezes, até um ano e, veja que somos uma equipa com necessidades para cumprir nas nossas famílias, razão pela qual preferimos negociar no mercado informal com os compradores privados **(MAC)**.

Uma das características basilares da teoria da crise do Estado em Moçambique na década 1980, que ainda sobrevive, na vertente administrativa, levantada neste trabalho, é por alguns autores qualificada por neopatrimonialismo, caracterizado por um conjunto de práticas que se consubstanciam na corrupção, clientelismo, nepotismo, o tribalismo e prebendalismo por parte das instituições na gestão da coisa pública.

A partir do que foi dito acima, podemos notar que há uma tendência das práticas económicas estarem aliadas à incapacidade do Estado, como protetor e provedor de bens e serviços aos respectivos beneficiários, evidenciando o forte pensamento liberal e crise económica em que a grande demanda do mineiro vai provocar grandes distorções no sector produtivo das economias. Dentre as distorções, pode-se apontar o abandono da agricultura em benefício da mineração artesanal, excessiva regulamentação e intervencionismo exagerado do Estado nos negócios privados.

Nisto, com o nosso entrevistado extraímos os seguintes detalhes:

Olha a reação do Governo quanto a esta prática não tem sido muito significativa, pois, acho que estamos a ser usados. Nas reuniões que temos tido, no âmbito dos Conselhos Consultivos Locais, o Governo provincial dá-nos ordem de trabalho e nós cumprimos, mas, no terreno, passamos vergonha, visto que os garimpeiros reagem verbalmente dizendo que por mais que vocês tentem nos proibir, não negociamos convosco, mas sim, os vossos superiores hierárquicos; mesmo assim, notamos que alguns dos nossos colegas têm-se beneficiado desta prática ao ficarem no silêncio sem denunciar o perigo que corremos ou alegando que o ouro está no território da minha jurisdição e também estou ganhando por isso **(LCN)**.

Com base nesta informação, pode-se acreditar que com a elevada prevalência de corrupção de pequena escala na administração estatal, a confiança das instituições do Governo e do Estado está em decadência (Lalá e Ostheimer, 1990-2003). Ao nível do distrito de Manica, de acordo com a RELATÓRIO DO SEMINÁRIO (2012), este facto prova-se pelo envolvimento de indivíduos, designados por “mandantes”, com grande poder económico que disponibilizam aos garimpeiros os meios de produção como Moto-bombas, Alavancas de grande porte, pás, alimentos, valores monetários para pagar a mão-de-obra, assistência jurídica em casos de flagrante delito pela equipa de fiscalização, entre outros, destacando-se o envolvimento direto de Agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) e outros agentes ou funcionários do Estado moçambicanos bem posicionados. Ademais, informação despoletada na mesma fonte confirma que se reportou o envolvimento de cidadãos de nacionalidade zimbabweana que, em muitos casos, também disponibilizam os meios de produção. Correlação a esta descrição o nosso entrevistado declarou o seguinte:

O Estado através do Governo provincial tem feito muito esforço, mas, as pessoas que estão dentro dele não ajudam, na verdade digo-lhe que na altura em que fui empossado como líder comunitário e fiscal, pude confiscar o material de garimpeiro como Moto-bombas, Picaretas, Moagens de trituração de rochas auríferas e Pás, este material entreguei à Geologia e Minas, mas, passado um tempo, nas minhas jornadas de campo, apanhei o mesmo material no local de confisco anterior com os

respectivos garimpeiros. Fiquei muito desmotivado porque vi que a minha atitude foi insignificante, razão pela qual prefiro deixar assim, fico amedrontado porque muitos deles são nativos e outros zimbabwianos, que de qualquer forma, para além de estragar a nossa relação de convivência social, a qualquer momento podem me ferir recorrendo a magia negra e fugirem para Zimbabwe como forma de se aliviarem do crime (LCMPP).

Por um lado, é possível notar que a dinâmica contínua do garimpo no distrito, não só está ligada à componente político-institucional, mas também, está a par da componente sociocultural que se consubstancia na continuidade de hábitos e costumes a tempo e superação da objetividade pela subjetividade, visto que, para os garimpeiros, a intervenção do Estado através da sua representatividade e implementação da legislatura implica inibir a livre prática da atividade que garante a subsistência e criação de obstáculos na sua realização, fazendo com que estes recorram às práticas de superstição para lograr os seus intentos e, conseqüentemente, o Estado perde a sua legitimidade como provedor e protetor das populações, deixando de fazer o seu devido papel, optando pela tolerância desta atividade.

Por outro, verificou-se que o discurso dos dois líderes comunitários está associado às limitações técnico-legais, configuradas na fraqueza da implementação da legislação vigente para a resolução dos desafios impostos pela sociedade no que diz respeito à responsabilidade do Estado como o garante e provedor do bem-estar aos cidadãos, em confirmação com Macucule (2006), ao sublinhar que o processo de gestão participativa tem estado a par de incapacidade dos serviços de Estado aos diferentes níveis e Departamento para a implementação dos instrumentos legais existentes (fiscalização, elaboração e implementação participativa de planos de maneio).

## 5 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo constatou-se que a prevalência da mineração artesanal de ouro no distrito de Manica não só está ligada à questão social de ser a atividade alternante à agricultura de subsistência, mas também à fragilidade do ajustamento das políticas públicas de natureza legal institucional do país na área mineira. Este facto justifica-se na medida em que a mineração artesanal de ouro solta é praticada nas zonas livres, concessionadas ou exclusivamente atribuídas pelo DUAT por aquisição costumeira ou de boa-fé, na qual a maior parte dos casos sublinha-se pelo mal-entendido dos limites da sua aplicação por parte do utente. De igual modo que, as intervenções das instituições governamentais ao nível local têm sido limitadas, alimentando a convivência traduzida na corrupção de pequena escala, consubstanciada na troca de favores em pretexto da Lei e a sua competência, aliciados pelas somas que o garimpo proporciona aos praticantes, em detrimento da sua motivação salarial.

A pesquisa constatou que a mineração artesanal naquele distrito, para além de gerar emprego direto, alivia o flagelo da pobreza económica nas famílias intervenientes, redução do êxodo rural, criminalidade nas zonas urbanas, uma vez que a maior parte dos praticantes que se aglomeram nas regiões de extração são jovens nativos e zimbabwianos formalmente desempregados. Estes últimos, na sua maioria quando interpelados constata-se que são imigrantes ilegais e clandestinos; em casos acidentais nas minas, fazem a transladação do cadáver, também de forma clandestinos especialmente no período noturno, aproveitando-se das lacunas da vigilância fronteiriça e a corrupção que já estão corroendo os serviços migratórios.

## 6 REFERÊNCIAS

- Silveira, D.T; Córdova, F. P. (2009) *Pesquisa Científica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Afonso, R. & Marques, J. (1993). *Recursos Minerais da República de Moçambique: contribuição para o seu conhecimento*.
- Antônio, M. (2011) *Impacto socioeconómico da mineração artesanal: caso das famílias residentes na Área de Conservação Transfronteiriça de Chimanimani, distrito de Sussundenga*. Trabalho de licenciatura em Antropologia.

- Bakker, A. (2008). Moçambique deve apostar nos recursos minerais; FMI e Banco Mundial; disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/02/22/ult3679u3267.jhtm>.
- Forquilha, S. C. (2007). “*Remendo Novo em pano velho*”: O impacto das reformas da descentralização no processo da Governação Local em Moçambique. Maputo. IESE.
- Geoide, P.R. (2010). Estudo sobre a “*Mineração Artesanal, Associativismo e Tecnologias Para o seu Aproveitamento Sustentável*”(ITC). Iniciativa para Terras Comunitária.
- Lalá, W; Ostheimer, Q. (1990–2003) *Como limpar as nódoas do processo democrático?* Os desafios da transição e democratização em Moçambique.
- Macucule, A. (2006) *Introdução a Gestão Participativa de Recursos Naturais*. Maputo. IUCN.
- Matuele, D. (2008) *Análise do processo de Gestão dos Recursos Naturais usados na Floresta de Inhamacari e os Benefícios para as Comunidades Locais*. Tese, Maputo-UEM, Janeiro.
- Medeiros, R. L. (2011) *Maldição dos recursos naturais e os riscos de desindustrialização no Brasil*. VII Congresso Nacional de excelência em Gestão.
- Nguiraze, A. (2011) *Moçambique: processo de Participação das comunidades rurais no desenvolvimento local*. Revista Ideias.v.5, Page. 30-65. Rurais no desenvolvimento local. Revista Ideias.v.5, Page. 30-65.
- Tobar, F. (1991). O Conceito de Descentralização: Usos e Abusos: Artigo Publicado em: Planejamento e Políticas Públicas No 5: 31-51.

#### **Outros**

- Constituição da República de Moçambique, 2004. Lei nº8/2003,art 3 de 27 de Março - Lei dos Órgãos Locais do Estado. Lei nº9/96, Boletim da República, I Série, nº 47, 1ºSuplemento, 22 de Novembro de 1996.
- Direção nacional de Minas (2012). RELATÓRIO DO SEMINÁRIO SOBRE “Boas práticas na mineração artesanal e de pequena escala em Moçambique”.
- Legislação Decreto nº6/2006 (2007). Estatuto Orgânico do Governo Distrital consultado no dia 12 de Abril. Decreto nº11/2005, Boletim da República, I Série nº 23, 10 de Junho de 2005.
- Lei de Terra (Lei nº 19/97, de 1 de Outubro) Lei de Minas (Lei nº 14/2002, de 26 de Junho)